

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da 2ª Vice-Presidência

**CORTE ESPECIAL**

**Agravo Regimental em Recurso Especial no Processo nº 0304520-9**

**Agravante:** Credimóveis Novolar Ltda

**Agravado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Fernando Ferreira

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APLICABILIDADE DE DECISÃO DE MÉRITO DO STJ EM QUESTÃO DE RECURSO REPETITIVO. DECISÃO AGRAVADA REVERENTE À NORMA POSTA NO ART. 543-C, §7º, INCISO I, DO CPC. DECISÃO MANTIDA.

1. Consoante a inteligência da norma escrita no art. 543-C, §7º, inciso I, do Código de Processo Civil, o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça do mérito do recurso selecionado representativo de controvérsia implica inadmissibilidade de recurso especial impugnatório de acórdão lavrado em sintonia com a orientação firmada pelo STJ no tema.

2. Do julgamento pelo STJ do REsp 1106462/SP, resultou a compreensão de que há inclusão, na base de cálculo do ICMS, do acréscimo correspondente ao financiamento feito pelo próprio vendedor nas vendas a prazo, sempre que integre o valor total da operação (Tema 183).

3. Inexiste nas razões que animam o agravo doméstico argumento forte o suficiente para desconstituir a convicção da decisão agravada, de que a controvérsia emoldurada nos autos da causa se enquadra no tema de orientação firmada pelo STJ quando do julgamento de mérito do recurso especial selecionado representativo de controvérsia.

4. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental nº 0304520-9, julgado em 22 de setembro de 2014 e em que figuram, como agravante, Credimóveis Novolar Ltda, e, como agravado, Estado de Pernambuco, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Corte



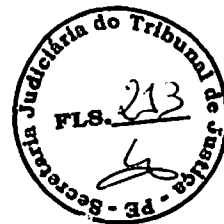
Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unânimes, em **negar provimento** ao agravo consoante relatório, voto e ementa que integram o julgado.

Recife, 22 de setembro de 2014

**Des. Fernando Eduardo Ferreira**  
2º Vice-Presidente e relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da 2ª Vice-Presidência



### **CORTE ESPECIAL**

**Agravo Regimental em Recurso Especial no Processo nº 0304520-9**

**Agravante:** Credimóveis Novolar Ltda

**Agravado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Fernando Ferreira

### **RELATÓRIO**

Agravo regimental interposto contra decisão da 2ª Vice-Presidência deste TJPE que, em face do disposto no art. 543-C, §7º, inciso I, do CPC, inadmitiu o recurso especial interposto pela parte aqui agravante.

No caso concreto, o recurso excepcional teve seu trânsito obstado mercê da constatação de que o acórdão recorrido observa com fidelidade a orientação traçada pelo STJ no julgamento de mérito do representativo de controvérsia do tema 183 - "O ICMS incide sobre o preço total da venda quando o acréscimo é cobrado pelo próprio vendedor (venda a prazo)" (REsp 1106462/SP, DJe de 13.10.2009).

Em síntese, nas razões de sua insurgência a parte agravante aduz que *"os argumentos suscitados pelo ora Agravante desde a peça vestibular, repetido no recurso especial têm respaldo do enunciado da Súmula nº 237 do STJ, que prescreve: 'Nas operações com cartão de crédito, os encargos relativos ao financiamento não são considerados no cálculo do ICMS'..."* (fl.201)

Não tendo exercido o juízo de retratação, apresento este agravo em mesa na primeira sessão deste órgão julgador competente que me está sendo possível, após a recepção dos autos correspondentes em meu Gabinete (RITJPE, art. 254, § 1º).

É o relatório.

**Des. Fernando Eduardo Ferreira**  
2º Vice-Presidente e relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da 2ª Vice-Presidência



**CORTE ESPECIAL**

**Agravo Regimental em Recurso Especial no Processo nº 0304520-9**

**Agravante:** Credimóveis Novolar Ltda

**Agravado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Fernando Ferreira

**VOTO**

Cuido que inexistem, nas razões que subsidiam a insurgência recursal qualquer argumento forte o suficiente para ensejar a pretendida reforma da decisão agravada.

É que, em boa verdade, a matéria que informa a controvérsia emoldurada nos autos da causa está, toda ela, em rigorosa conformidade com a questão suscitada no REsp nº 1106462/SP. De cujo julgamento pelo STJ resultou a compreensão de que há inclusão, na base de cálculo do ICMS, do acréscimo correspondente ao financiamento feito pelo próprio vendedor nas vendas a prazo, sempre que integre o valor total da operação.

Confirmo, pela transcrição da ementa do acórdão conferido ao citado recurso paradigma:

**"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. ICMS. ENCARGOS DECORRENTES DE FINANCIAMENTO. SÚMULA 237 DO STJ. ENCARGOS DECORRENTES DE "VENDA A PRAZO" PROPRIAMENTE DITA. INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. VALOR TOTAL DA VENDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO C. STF.**

1. A "venda financiada" e a "venda a prazo" são figuras distintas para o fim de encerrar a base de cálculo de incidência do ICMS, sendo certo que, sobre a venda a prazo, que ocorre sem a intermediação de instituição financeira, incide ICMS.

2. A "venda a prazo" revela modalidade de negócio jurídico único, cognominado compra e venda, no qual o vendedor oferece ao comprador o pagamento parcelado do produto, acrescentando-lhe um plus ao preço final, razão pela qual o valor desta operação integra a base de cálculo do ICMS, na qual se incorpora, assim, o preço "normal" da mercadoria (preço de venda à vista) e o acréscimo decorrente do parcelamento. (Precedentes desta Corte e do Eg. STF: AgR no RE nº 228.242/SP, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 22/10/2004; REsp 1087230/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 20/08/2009; AgRg

no REsp 480.275/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/2008, DJe 04/03/2009; AgRg no REsp 743.717/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/03/2008, DJe 18/03/2008; EREsp 215.849/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/06/2008, DJe 12/08/2008; AgRg no REsp 848.723/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 10/11/2008; REsp n.º 677.870/PR, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/02/05).

3. A venda financiada, ao revés, depende de duas operações distintas para a efetiva "saída da mercadoria" do estabelecimento (art. 2º do DL 406/68), quais sejam, uma compra e venda e outra de financiamento, em que há a intermediação de instituição financeira, aplicando-se-lhe o enunciado da Súmula 237 do STJ: "Nas operações com cartão de crédito, os encargos relativos ao financiamento não são considerados no cálculo do ICMS."

4. In casu, dessume-se do voto condutor do aresto recorrido hipótese de venda a prazo, em que o financiamento foi feito pelo próprio vendedor, razão pela qual a base de cálculo do ICMS é o valor total da venda.

5. A questão relativa à inaplicabilidade do art. 166 do CTN ao caso sub judice resta prejudicada, em face da incidência do ICMS sobre as vendas a prazo.

6. O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. (Precedentes: AgRg no Ag 1085297/RR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2009, DJe 06/04/2009; REsp 1036656/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/03/2009, DJe 06/04/2009; REsp 771.105/PE, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/03/2006, DJ 08/05/2006; AgRg nos EREsp 471.107/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/09/2004, DJ 25/10/2004)

7. In casu, o art. 97, I e IV, do CTN não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, não se manifestando o Tribunal a quo sequer em sede de embargos declaratórios, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. Proposição de verbete sumular" (STJ- 1ª Seção, REsp 1106462/SP, rel. Min. Luiz Fux, DJe de 13.10.2009).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

É como voto.



Des. **Fernando Eduardo Ferreira**  
2º Vice-Presidente e relator